

PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 318XII/1^a

RECOMENDA AO GOVERNO A ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA BAIXAR A FATURA DA ELETRICIDADE E DO GÁS E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA

As políticas energéticas assumem, no contexto das políticas de competitividade da economia portuguesa, uma posição relevante que importa assumir no contexto do debate parlamentar e no contexto da ação governativa.

Ao longo da última década, Portugal assumiu a relevância de uma mudança de paradigma que promoveu a redução da dependência de combustíveis fósseis e assumiu uma política de sustentabilidade económica e ambiental, através da promoção de energias limpas.

Essa nova realidade, assente na produção de eletricidade através de recursos naturais, vento e água, nunca foi contestada por quem quer que seja, antes pelo contrário, foi motivo de conformação por parte de todos os programas políticos.

Para o Partido Socialista a energia não é apenas um recurso. É uma alavanca estratégica fundamental para um novo posicionamento competitivo do País baseado no aproveitamento dos recursos endógenos e num processo de industrialização de nova geração, verde, limpo e com elevada incorporação tecnológica.

O atual Governo trata a energia como um simples recurso. Não extrai as potencialidades do sector para a economia nacional. Favorece o negócio pelo negócio e não protege os consumidores. Privatizou os principais operadores sem ter em conta a criação de condições de concorrência tão necessária num quadro de liberalização de tarifas.

Falhar na energia é falhar numa das áreas em que Portugal mais e melhor pode competir à escala global.

O PS tem contribuído de forma construtiva e responsável e disponibiliza-se para que se ponha fim a 10 meses sem rei nem roque no sector da energia, em que Portugal tem malbaratado recursos e os consumidores têm visto as suas faturas a subir cada vez mais.

Propusemos que na lei das privatizações fosse salvaguardado o interesse estratégico nacional. A maioria aceitou o princípio mas passado já o dobro do prazo legal ainda não o regulamentou. Entretanto os processos de privatizações, em particular a privatização da REN levanta muitas dúvidas quanto á salvaguarda desses legítimos interesses.

Propusemos uma rápida atuação nos custos excessivos no domínio da cogeração. A maioria chumbou.

Propusemos a não aplicação das taxas máximas do IVA na eletricidade e no gás. Não era necessário porque numa dura negociação a Troika reconheceu que um País que aposta fortemente nas energias verdes sendo uma referência europeia e mundial nesse sector, não pode acumular sobrecustos justificados na fatura com fiscalidade máxima.

Este foi um erro fiscal que não podia ter sido cometido e que sobrecarrega agora brutalmente a nossa indústria, os serviços e as famílias.

A política recessiva implementada por este governo tem impacto no consumo de energia e impõe ajustamentos à estratégia energética.

Ajustamentos que em nosso entender devem penalizar a energia térmica produzida com combustíveis fósseis importados e não as energias renováveis.

Seria positivo se o consumo energético em Portugal diminuísse devido às políticas de eficiência. Os principais programas de eficiência como o Eco. AP ou o programa de mobilidade elétrica estão no limbo.

Infelizmente o consumo de energia em Portugal está a cair pela pior razão possível, ou seja, pela quebra da atividade económica e da capacidade das famílias manterem os seus níveis de conforto mínimo.

Consideramos fundamental o desenvolvimento do mercado ibérico de energia. Exortamos o Governo a fechar finalmente o MIBEL na próxima cimeira Luso-Espanhola e a iniciar a concretização do MIBGÁS, designadamente com a supressão da dupla taxa nas transações de gás no espaço ibérico.

É fundamental reforçar o poder de regulação e fazer escolhas. Queremos aumentar o poder do regulador e a sua independência.

Passaram dez meses. Tínhamos energia a custos médios no quadro da UE. Hoje temos a energia mais cara da União Europeia e enfraquecemos uma estratégia de sucesso e de liderança reconhecida.

O Governo na energia tem sido apenas um vendedor de ativos, com prejuízo das famílias e das empresas. É preciso arrepiar caminho.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista apresentam o seguinte **Projeto de Resolução**:

I - A Assembleia da República, resolve nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da CRP, recomendar ao Governo:

- 1) A reavaliação da metodologia de cessação dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) pelos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), evitando o aumento das rendas por esta via e diminuindo o seu impacto nas tarifas de energia elétrica.
- 2) A elaboração, no prazo de um mês de um estudo sobre a realidade da cogeração, determinando a eliminação dos apoios às entidades produtoras que deixaram, em concomitância, de desenvolver atividade industrial e eliminando desde já os apoios aos cogeradores com potência instalada/licenciada superior a 20 megawatts;
- 3) A determinação de uma política que elimine os subsídios de Estado e dos consumidores aos regimes de produção que utilizem tecnologias maduras e fomente a atualização dos parques produtores mais antigos e mais penalizadores para a economia e para o ambiente;
- 4) A concretização na próxima em próxima cimeira ibérica do OMI (MIBEL) e o início da concretização do MIBGAS com a supressão de imediato da dupla tarifação do transporte de gás natural entre os dois países.

II - Em termos sectoriais, a Assembleia da República resolve, recomendar, ainda, ao Governo:

1. No setor da eletricidade:

- a) Determinar à DGEG/ERSE que promovam a iniciativa regulamentar necessária à penalização dos produtores de energia menos eficientes e que determinem novas exigências ao nível da qualidade de serviço;
- b) Promover uma reforma dos instrumentos de promoção da eficiência energética, reavaliando todos os programas existentes e garantindo a obrigatoriedade das empresas reguladas e com acesso a fundos estruturais europeus, à apresentação de um programa plurianual de eficiência;
- c) Determinar que seja desenvolvido um programa de controlo do processo de liberalização que não se transforme num mero processo de incremento desnecessário e dramático de aumento do “preço” da eletricidade através das tarifas transitórias.

2. No setor do gás:

- a) A eliminação das tarifas duplas à saída e entrada de Portugal e Espanha.
- b) Promover a liberalização dos contratos de “take-or-pay” existentes com a Argélia e com a Nigéria, em modelos análogos aos já efetuados por outros países, em especial pelo Reino de Espanha;
- c) Determinar uma avaliação da realidade de concorrência no setor, obrigando à separação de ativos no processo armazenamento, distribuição e venda.

- d) Integrar nas funções regulatórias o acompanhamento das atividades de distribuição de gás butano e de gás propano, e promover a aplicação de preços compatíveis com a realidade económica que vivemos.

- e) Promover a realização de um estudo sobre a criação, em Portugal, de uma rede de abastecimento de veículos a gás natural.

Assembleia da República, 4 de Maio de 2012.

Os Deputados,

CARLOS ZORRINHO

BASÍLIO HORTA

HORTENSE MARTINS

RUI PAULO FIGUEIREDO

DUARTE CORDEIRO

ANA PAULA VITORINO

EURÍDICE PEREIRA

PAULO CAMPOS



Grupo Parlamentar
**PARTIDO
SOCIALISTA**



Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Palácio de S.Bento - Assembleia da República - 1249-068 Lisboa - Portugal
T: 213 919 000 - F: 213 919 000
E: gpps@ps.parlamento.pt - www.ps.parlamento.pt

People First | As Pessoas Estão Primeiro